

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/Instagram



Flávio e Tarcísio após encontro com Bolsonaro

Qual é o jogo de Tarcísio?

Curioso que a declaração do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não tenha precipitado uma movimentação forte no tabuleiro político com relação à sucessão de 2026. É verdade, houve alguma avaliação de que aumentam as chances de que o candidato do campo conservador seja o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD). Mas de

uma forma muito tímida. No geral, a sensação é de que a frase dita após seu encontro com o ex-presidente Jair Bolsonaro de que não será candidato à Presidência e disputará a reeleição no estado não tenha sido levada muito a sério. Para alguns, tática para ficar preservado da linha de tiro da esquerda. Mas a avaliação mais corrente era que Tarcísio só vai para o jogo na boa.

Consenso

Ou seja, pacificada a ideia de que ele é o nome de consenso da direita na disputa e que não precisará brigar com outras forças por isso. Do contrário, o risco parece ser muito grande. Tarcísio tem uma reeleição quase garantida em São Paulo. E a outra opção é imprevisível.

Fila

Baseado no que aconteceu com João Doria e outros, Tarcísio teria uma avaliação de que é prejudicial furar a fila. Quem faria isso acabaria sendo punido pelo eleitor. Mas, no fundo, o problema estaria na falta de segurança de que não haverá fogo amigo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nunes embarcaria num plano de extrema-direita?

Tarcísio consegue ser nome do centro conservador?

A essa altura, o que se avalia é qual a capacidade que Tarcísio teria de vir a ser um candidato do centro conservador sem o apoio de Jair Bolsonaro e de sua família. Até que ponto a essa altura ele está vinculado a esse projeto? Por outro lado, até que ponto ele poderia, caso isso viesse a parecer uma oportunidade viável,

ser candidato sem esse apoio. Nesse sentido, talvez Ratinho Jr., a essa altura, pudesse vir a se sentir mais à vontade. Poderia receber os votos bolsonaristas mais à direita por gravidade sem, necessariamente, estar vinculado a esse grupo. E poderia ter mais facilidade para receber, por exemplo, apoios pelo centro.

Caciques

Unificado, o MDB, por exemplo, não deverá apoiar ninguém. Mas será importante saber como se movimentam seus caciques regionais. Estados como o Pará e Alagoas sentem-se bem atendidos pelo governo, com os ministros das Cidades e dos Transportes.

Derrite

Por exemplo, se uma imposição do grupo bolsonarista for no sentido de que o candidato a governador, com Tarcísio para presidente, seja o Capitão Derrite (PP), como se ventitou, o MDB apoia? Nunes apoia? O presidente do MDB, Baleia Rossi, apoia? Interessa ao partido?

Conservadores

Em estados conservadores, como Santa Catarina, o MDB irá com a direita. Mas como, por exemplo, ao final se movimentará o partido em São Paulo é difícil saber, por mais ligações que o prefeito da capital, Ricardo Nunes, tenha com os grupos conservadores.

Direita

Como bem escreveu Fernando Molica neste Correio da Manhã, o problema da extrema-direita representada por Eduardo Bolsonaro é que ela sabe que Tarcísio a diluirá caso vire presidente. Tudo o que ela não quer. Mas tudo o que o centro conservador deseja.

Senado aprova segundo projeto da tributária

Medida cria comitê gestor do IBS e outras medidas

Waldemir Barreto/Agência Senado



Braga acolheu 65 emendas. O texto agora volta para nova votação na Câmara

Por Gabriela Gallo

O plenário do Senado Federal deu um passo importante para, afinal, concluir a esperada reforma tributária que o país tenta há mais de 30 anos. Aprovou nesta terça-feira (30) o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024).

Primeiro, os senadores aprovaram a urgência da medida. Uma vez aprovada a urgência, os parlamentares começaram logo em seguida a apreciação da medida. Por 51 votos favoráveis, 10 votos contrários e uma abstenção, os senadores aprovaram o texto substitutivo do relator da medida na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que relatou os demais projetos referentes à reforma tributária.

Como passou por alterações, o texto retorna para ser analisado na Câmara dos Deputados. O governo tem pressa para aprovar a medida para começar o período de transição da reforma tributária a partir de 2026.

Comitê Gestor

O principal ponto do projeto é a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), uma entidade pública de caráter especial para administrar e coordenar o novo tributo. O projeto ainda determina ajustes nas regras para a eleição dos representantes de Municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor, visando garantir o caráter competitivo e superar impasses entre asso-

ciações de prefeitos. O Comitê será formado por 54 representantes de estados e municípios que terão mandatos de quatro anos. Os conselheiros serão representantes dos estados e municípios com mandato de quatro anos e devem ter boa reputação e experiência na área tributária.

O Comitê Gestor será um órgão sem subordinação hierárquica a qualquer outro do poder público. As prestações de contas serão semelhantes às de órgãos como o Ministério Público e dos três Poderes, mas adaptadas às suas peculiaridades.

Além disso, o substituto de Eduardo Braga ainda determina a criação de duas novas entidades. A primeira é uma associação pública entre o Co-

mitê Gestor e a Receita Federal do Brasil, que terá a função de permitir a gestão compartilhada entre o IBS e a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já a segunda entidade é a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS, que julgará conflitos sobre normas de ambos os tributos.

Emendas

Foram apresentadas 195 emendas parlamentares para o parecer de Braga. Destas, 65 ele acolheu total ou parcialmente. Entre as emendas acatadas pelo relator está a que altera a forma de cobrança de imposto sobre nafta. Com a medida, o ICMS será cobrado já na importação da nafta – produto derivado do petróleo – destinada à gasolina

na intenção de contribuir no combate às fraudes e sonegação de tributos, visto que vai contribuir a aumentar a arrecadação de estados no curto prazo.

Outro tópico de divergências entre os senadores se refere à retirada de bebidas açucaradas da lista de alimentos enquadrados no Imposto Seletivo (IS), batizado como “imposto do pecado”, que será voltado para produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (como bebidas alcoólicas, alimentos industrializados, gasolina, etc). Inicialmente, as bebidas açucaradas estavam de fora da alíquota do IS. Porém, Braga determinou uma transição gradual do tributo para as bebidas – que terão uma progressão das alíquotas do imposto de 2029 a 2033.

Câmara define PL que amplia isenção do IR nesta quarta-feira

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Segundo Lira, detalhes finais ainda serão discutidos

Por Gabriela Gallo

Como adiantado na última semana, o plenário da Câmara dos Deputados votará, nesta quarta-feira (1º), o projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025).

Promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o plenário da Câmara aprovou a urgência da medida em agosto, após a comissão especial elaborada para definir a proposta aprovar o texto, relatado pelo ex-presidente da Casa, deputado federal Arthur Lira (PP-AL), em julho.

Por se tratar de um projeto popular, a expectativa é que o texto seja aprovado com ampla margem de vantagem entre os deputados – especialmente após expressas críticas negativas da população com a aprovação da PEC da Blindagem na Câmara.

Além da isenção total para contribuintes que ganham até R\$ 5 mil por mês, o projeto de lei ainda determina a isenção parcial da cobrança do Imposto de Renda para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Inicialmente, a isenção parcial valia para quem ganha até R\$ 7 mil mensais, mas Lira aumentou a faixa. Segundo Arthur Lira, a mudança vai atingir 500 mil pessoas a mais no Brasil e resultará num impacto de R\$ 17 milhões acumulados nos anos de 2026 a 2028.

Para compensar a falta de arrecadação com a ampliação

da faixa de isenção do IR, o PL 1087/2025 impõe uma taxa-ção aos chamados “super-ricos”. Será aplicada uma alíquota progressiva de até 10% para os contribuintes que ganham acima de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês).

Compensação

Em entrevista coletiva na Frente Parlamentar de Agricultura (FPA) nesta terça-feira (30), Arthur Lira disse que a base do texto está de acordo entre os congressistas, mas chamou a atenção de que as desavenças se referem à compensação e, portanto, mais detalhes do assunto serão discutidos no plenário – o que deve render uma sessão longa nesta quarta-feira.

“O texto tem impacto, está cobrando 10% de pessoas que recebem acima de R\$ 1,2 milhão”, disse Lira. “A compensação vai ser no plenário. Nós vamos cobrar 10% de todo mundo? Vamos excepcionar engenheiros, arquitetos ou achar uma outra solução? É uma discussão dos líderes e dos partidos comigo. Vamos enfrentar”, ele completou.

Em entrevista ao programa “Me Conta +”, da Câmara dos Deputados na última semana, o relator explicou como foi o processo de elaboração do relatório da proposta.

“Quando o governo mandou o projeto, ele estava prevendo renúncia fiscal por causa dos pagamentos do impostos de renda nos municípios, esta-

dos e na própria União. O imposto de renda retido na fonte fica para o ente que o retém. Então se você vai para uma prefeitura pequena no interior do Brasil, quando ela paga o salário de um servidor que ganha quatro mil reais e ele desconta o imposto de renda, aquele imposto de renda fica para o município, já retido na fonte. Então quando se trata desses assuntos e eles chegam a um valor de R\$ 25,2 bilhões quem perderia essa arrecadação? A princípio, estados, municípios e União. Como a União se autorregula, a preocupação para o Congresso era que estados e municípios não tivessem prejuízo”, ele explicou.

Anistia

Outro tema com grande repercussão é o projeto que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Em conversa com jornalistas nesta terça-feira, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que aguarda o parecer do relator do projeto, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

“Estou esperando o relator terminar o périplo dele pelas bancadas”, manifestou Motta, o qual já manifestou que o tema da anistia na Casa é “sensível”.

Ao ser designado relator da medida, Paulinho da Força adiantou que o texto não determinará uma anistia ampla, geral e irrestrita – como aguardam os parlamentares da oposição, especialmente do PL.